

## Plataforma de Pesquisa Nas ruas: territorialidades, memórias e experiências

**Orientação:** Profa. Dra. Glória Kok (coord.) e Profa. Dra. Amália dos Santos

**Pesquisadores:** Anthony Tupã, Beatrice Perracini Padovan, Clarice Boffa, Felipe Souza Silva, Giulio Michelino, Isabela Moraes, Jurandir Augusto Martim, Laura Pappalardo, Lúcia Veríssimo, Michael Tupã, Nicole Mariano, Rosangela Gabriel

**Pesquisa:** Edital Plataformas de Pesquisa, Escola da Cidade, 2020-23.

A plataforma "Nas ruas: territorialidades, memórias e experiências", aprovada pelo Conselho Científico da Escola da Cidade, alinha-se às pesquisas de graduação e do curso de pós-graduação *lato sensu*, "Cidades em disputa: pesquisa, história e processos sociais", coordenado pelas professoras Amália dos Santos e Glória Kok. As pesquisas e atividades giraram em torno da circulação nas ruas, do direito à terra e ao território, iluminando suas agências, insurgências, lutas, conflitos, movimentos sociais e manifestações culturais das populações historicamente silenciadas, excluídas e invisibilizadas pelas diversas camadas de violência do Estado nacional. Até o momento, quatro caminhos de pesquisa foram abertos, nos passos do que o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, chamou de "contracoloniais", conceito que, a partir da perspectiva indígena e quilombola, indica a resignificação da matriz cultural, de práticas e experiências a partir de suas ancestralidades, enquanto resistência e defesa dos territórios tradicionais e de seus modos de vida (Santos, 2023).

1. O grupo "Arqueologia de São Paulo: território, racialização e 'escrevivência'" (2019-2024) é coordenado pelas professoras Amália dos Santos e Glória Kok que, anualmente, orientam uma dupla de estudantes bolsistas de graduação, no âmbito da pesquisa experimental. Os temas são voltados para a Capela dos Aflitos, o Cemitério dos Aflitos, os processos de apagamento da memória negra, dos territórios e da formação dos bairros negros na cidade de São Paulo. Em virtude do caráter contínuo e da densidade analítica da pesquisa, foi possível

estabelecer parcerias com o Instituto Tebas, a União de Amigos da Capela dos Aflitos (Unamca), a Rebrapesc (Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência) e o Museu Território dos Aflitos.

2. Outro eixo de atuação da plataforma é "A destruição do terreiro Ilê Asé Odê Ibualamo: patrimônios e caminhos de reparação" (Termo de Fomento 020/2023, do Edital de Chamamento Público 005/2023 do CAU-SP, 5 meses), projeto coordenado pela Iyalorixá Mãe Zana de Odé e as professoras Amália dos Santos e Glória Kok. Sua elaboração foi em resposta à violência sofrida pela comunidade do terreiro Ilê Asé Odê Ibualamo, que foi demolido em 15 de dezembro de 2022, pela prefeitura de Carapicuíba. A sua demolição abalou numerosos vínculos afetivos, laços de sociabilidade, espaços de formação de jovens e adultos, práticas de segurança alimentar com distribuição de alimentos, festas e rituais tradicionais, entre tantas outras consequências atingidas pela violência. Apesar de toda a materialidade ter sido destruída, a espiritualidade do lugar do Ilê mantém sua sacralidade, que resiste para além dos escombros e onde a memória ancestral continua viva e atuante.

3. O Chão Coletivo (2020-2024) é um grupo formado por pesquisador@s indígenas e não indígenas da plataforma "Nas ruas...", que, desde 2020, atende às demandas das lideranças na reconstrução urgente das moradias, que correm risco de incêndios, goteiras e desabamentos, além de se dedicar à requalificação da aldeia Pyau, na Terra Indígena Jaraguá, com estudos dos espaços comuns, áreas de agrofloresta, plantio de hortas e caminhos arborizados. O



**FIG. 1:**  
Logo Nas ruas. Fonte: Flora Tavares, 2023.

grupo de pesquisa-ação atua fortalecendo as trocas de saberes e experiências, cujo objetivo é a conquista dos direitos indígenas em seus territórios ancestrais.

Como resultado, foi possível elaborar o projeto "Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá" (Termo de Fomento nº 001/2022 do CAU-SP), que fortaleceu o direito ao território, à moradia e à memória dos moradores, valorizando o saber-fazer e sua importância para o patrimônio cultural dos Guarani Mbya. As ações também registraram práticas indígenas no território, como referências fundamentais que contribuem para mitigar impactos climáticos e preservar a paisagem.

Em seguida, o Chão Coletivo elaborou o Projeto de Assistência Técnica "Desafios para proteção do patrimônio cultural indígena – Mata Atlântica, patrimônio humano e não humano em São Paulo" (Termo de Fomento nº 016/2023 do CAU-SP), cujo objetivo foi fortalecer o patrimônio cultural em territórios indígenas, especialmente a partir do território dos Guarani Mbya na T.I. Jaraguá, promovendo a produção de conhecimento que oriente o exercício



**FIG. 2:**  
A Capela dos Aflitos ao fundo, com os pesquisadores Luara Macari e Victor Pacheco. Fonte: Acervo pessoal Amália dos Santos e Glória Kok.

profissional do arquiteto e urbanista no patrimônio cultural, de modo a conhecer e difundir narrativas, padrões artísticos, materiais, técnicas e saberes indígenas. O projeto "Tekó Porã: assistência técnica em habitação social indígena e requalificação da Tekoa Pyau" (Termo de Fomento nº 07/2023 do CAU-SP) consiste em um projeto territorial e arquitetônico que procura articular os princípios de sustentabilidade na reconfiguração das habitações, espaços coletivos, caminhos, áreas de plantio, saneamento básico e energia, respeitando a cultura, a memória e os modos de vida dos Guarani Mbya da T.I. Jaraguá. A bolsa Gruber Fellowship in Global Justice and Women's Rights, concedida a Laura Pappalardo pela Universidade de Yale, viabilizou a construção da casa de uma moradora idosa da Aldeia Pyau, escolhida pela comunidade, que mesclou técnicas indígenas com as não indígenas.

4. Em continuidade ao projeto anterior, foi aprovada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a "Proposta de projeto-piloto de identificação da Festa de Cosme e Damião

de Carapicuíba: a rede de terreiros na formação da cidade" (2024-2025). O projeto, coordenado por Amália dos Santos e Glória Kok, vai se desenvolver em três frentes: 1) identificação da Festa de Cosme e Damião de Carapicuíba, por meio do novo INRC, de modo a valorizar e identificar os territórios negros, a história, as memórias e a participação de redes na cidade de Carapicuíba; 2) produção de documentação, mapeamento e levantamento histórico, visando utilizar o INRC para a organização, guarda e difusão desse material; e 3) construção de repositório e difusão de registros e produções, aprovado pelas comunidades detentoras, valorizando o patrimônio afrodiaspórico, a diversidade cultural brasileira e a preservação de memória e tradições culturais das populações afrobrasileiras em Carapicuíba.



**FIG. 3:** Visita técnica à Capela dos Aflitos, em parceria com o Museu de Território dos Aflitos, o Instituto Tebas, a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (Rebrapesc) e a União de Amigos da Capela. Fonte: Acervo pessoal Amália dos Santos e Glória Kok.



**FIG. 4:** Espaço destinado à devoção a Chaguinhas na Capela dos Aflitos. Fonte: STROPASOLAS, Pedro. Capela dos Aflitos: a luta para salvar um símbolo da história negra do centro de São Paulo. Brasil de Fato, São Paulo, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/20/capela-dos-aflitos-a-luta-para-salvar-um-simbolo-da-historia-negra-do-centro-de-sao-paulo>. Acesso em: 26 nov. 2024.



**FIG. 5:** Mãe Zana perplexa diante dos escombros do Ilê, após realização de Audiência Pública em Carapicuíba, em maio de 2023. Fonte: Acervo da equipe de pesquisa.



**FIG. 6:** Desenhos nas paredes do barracão, seguindo a tradição iorubana, herdada do avô de Mãe Zana, João Canavieiras. Essas fotos foram feitas pouco antes da demolição do terreno, em dezembro de 2022. Fonte: Acervo da comunidade.

## ARQUEOLOGIA DE SÃO PAULO: TERRITÓRIO, RACIALIZAÇÃO E "ESCREVIVÊNCIA"

Clarice Boffa e Nicole Mariano

O grupo de pesquisa da graduação da Escola da Cidade, "Arqueologia de São Paulo: território, racialização e 'escrevivência'", existente desde 2019, iniciou-se com o projeto de pesquisa experimental intitulado "Arqueologia de São Paulo: o Cemitério dos Aflitos (1775-1858) e outros territórios negros da cidade nos séculos XVIII e XIX", desenvolvido pelos estudantes Luara Macari e Victor Pacheco. O mote da investigação foi a descoberta de nove ossadas no atual bairro da Liberdade, em São Paulo, que trouxe à luz evidências materiais da existência da primeira necrópole pública de São Paulo, o Cemitério dos Aflitos (1775-1858), também conhecido como Cemitério dos Enforcados, destino da população desclassificada condenada à forca: negros e negras escravizados, que tentavam fugir do cativeiro, pessoas marginalizadas livres, pobres e indigentes.

Os arredores do Cemitério dos Aflitos faziam parte do conjunto de regiões da cidade no qual a população negra circulava, habitava, convivía e trabalhava, cultuava os mortos, realizava cerimônias fúnebres, festas e devoções religiosas. Por meio da leitura e sistematização das Atas da Câmara de São Paulo, entre 1720

e 1834, e da bibliografia compulsada, o pesquisador Victor Pacheco examinou as notas camarárias que registram as ocupações exercidas por escravizados e escravizadas, em ofícios diversos; os lugares de sociabilidade de cativos e libertos, bem como as atividades nas quais se engajavam, como jogos, música e capoeira, que ocorriam em frente a tabernas e espaços de venda (as chamadas "casinhas") da cidade de São Paulo. Já a pesquisadora Luara Macari trabalhou a partir da articulação entre as fontes documentais mobilizadas e as linguagens visual e literária, criando desenhos e uma novela que permitiram explorar a subjetividade das pessoas negras das quais as atas tratavam, explorando métodos e linguagens, nos moldes de escritoras como Conceição Evaristo, criadora da noção de "escrevivência".

Na sequência, a pesquisa "O Cemitério dos Aflitos (1775-1858) e outros territórios negros da cidade de São Paulo no século XIX" (2020), desdobrou-se em mais duas frentes de pesquisa. O pesquisador Victor Pacheco continuou a pesquisa nas Atas da Câmara de São Paulo, de 1834 a 1858, com foco na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, construída a partir de 1720 por negros de origem banto e inaugurada em 1737, e da Irmandade do Rosário, encarregada das cerimônias fúnebres, festas e devoções religiosas. Paralelamente, a pesquisadora

Fabiana Costa se dedicou à pesquisa do desmonte do Cemitério dos Aflitos, o processo de modernização da cidade e o papel dos engenheiros nesse processo.

Dando continuidade aos trabalhos anteriores, a pesquisa experimental "Fugas, calhambolas e aquilombamentos na cidade de São Paulo entre 1858 e 1888", realizada pelas alunas Júlia Cardoso e Isabella Martini, trabalhou os processos de resistência gerados pela intensificação das fugas de escravizados/os das propriedades nas proximidades da cidade, em amplo movimento de ruptura, de resistência à escravidão e de resignificação das práticas culturais africanas, pondo em xeque, no limite, o próprio sistema escravista. A partir do Quilombo Saracura, na cidade de São Paulo, e do Quilombo Jabaquara, em Santos, as pesquisadoras mapearam as redes de quilombos, rotas de fuga, caminhos, vilas, movimentos abolicionistas, trazendo à tona os processos de resistência pela intensificação das fugas de escravizados/os das fazendas e propriedades nas proximidades da cidade.

Em virtude do caráter contínuo e da densidade analítica da pesquisa, foi possível estabelecer parcerias com o Instituto Tebas, a União de Amigos da Capela dos Aflitos (Unamca), a Rebrapesc (Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência) e o Museu Território dos Aflitos.

Por fim, o recente projeto "O território da Liberdade: memórias subterrâneas e

experiências coletivas", ancorado nos quatro estudos anteriores, foi desenvolvido pelas estudantes Clarice Boffa e Nicole Mariano, com o foco de levantar as histórias e as memórias dos moradores da região sobre o Chaguinhas e seus cultos, frequentemente resignificados. Para isso, investigaram documentos oficiais, registros sonoros, entrevistas, anúncios de jornais, relatos históricos, cartografia e iconografia, que foram encaminhados para a formação do acervo do Museu Território dos Aflitos, no bairro da Liberdade, localizado no centro de São Paulo.

Destacam-se, nesse escopo, as narrativas de memórias subterrâneas de resistência ao apagamento das experiências de comunidades diaspóricas africanas. Tratava-se, nesta pesquisa, de reivindicar o legado histórico negro na Liberdade e no território dos Aflitos, uma vez que os fluxos migratórios japoneses que ali se estabeleceram, com suas culturas, práticas e rituais obliteraram as raízes da formação do bairro e de suas manifestações culturais negras. O próprio nome "Liberdade", por exemplo, foi adotado em 1870, em referência à figura do soldado Francisco José das Chagas, mais conhecido como Chaguinhas, que se tornou um símbolo de resistência no Brasil do século XIX. Cabo do 1º Batalhão de Santos, ele liderou uma revolta em 1821, reivindicando igualdade salarial entre militares brasileiros e portugueses. Sua condenação à morte

por enforcamento e o milagre que ocorreu no dia de seu martírio, quando as cordas da forca se romperam, transformaram-no em um mártir e um símbolo de luta contra a opressão. Após sua morte, um cruzeiro foi erguido no Largo da Forca, e as rezadeiras começaram a acender velas em sua memória, desafiando as autoridades locais e afirmando que sua execução era, de fato, um crime. Essa tradição de acender velas e fazer pedidos a Chaguinhas na Capela dos Aflitos deu origem a um culto sincrético que preserva a memória de sua luta e o martírio criminoso. Anualmente, uma procissão em homenagem ao Chaguinhas percorre as ruas da Liberdade, atualizando a sua memória e a história de sua luta.

### **TEKÓ PORÃ: PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO SOCIAL INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA DO JARAGUÁ EM SÃO PAULO**

Anthony Tupã, Beatrice Perracini Padovan, Felipe Souza Silva, Giulio Michelino, Isabela Moraes, Jurandir Augusto Martim, Laura Pappalardo, Lúcia Veríssimo, Michael Tupã, Rosângela Gabriel (Chão Coletivo)

A Mata Atlântica é um dos biomas mais biodiversos do planeta. O desmatamento e a urbanização extensiva resultaram na destruição de 87,6% desse bioma. Isso gerou mudanças dos regimes de chuva, crise hídrica, aumento das temperaturas globais e emissão de CO<sub>2</sub> contribuindo para a situação de emergência climática planetária. Hoje sabemos que a Mata Atlântica vem sendo mutuamente protegida e regenerada pelos povos indígenas. Como romper com essas práticas destrutivas e contribuir para a regeneração das florestas?

Este texto apresenta a metodologia de pesquisa-ação para requalificação da aldeia guarani Tekoa Pyau, na Terra Indígena do Jaraguá, zona oeste da cidade de São Paulo, realizado por um coletivo de arquitetos, pesquisadores indígenas, não indígenas e construtores guaranis chamado Chão Coletivo. O projeto, nomeado pelos guaranis de *tekó porã* ("bem viver"), teve início em

2021 a pedido das lideranças Gguarani Mbya da aldeia Tekoa Pyau, dado as condições emergenciais para reconstrução de cerca de 84 casas na aldeia. A partir de então, desenvolveu-se coletivamente, entre 2021 e 2024, um Projeto de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis) para requalificação total da aldeia, considerando a reconstrução das casas, dos caminhos, redes de saneamento e implementação de sistemas agroflorestais.

*Tekó porã*, que dá nome ao projeto, é o "lugar do bem viver", uma visão de mundo e de futuro compartilhada por diversos povos indígenas. Mas como viver bem na periferia de São Paulo, rodeado por rodovias, ruas e infraestruturas que cortam o território ancestral guarani? Este é um desafio específico do território guarani no Jaraguá, que vem enfrentando o crescimento da cidade de São Paulo, atuando não apenas em defesa da demarcação das terras pelo Estado, mas também nas ações cotidianas que procuram o cuidado e a cura da Terra numa região remanescente da Mata Atlântica. As práticas dos seus modos de vida, a proteção das matas e o cultivo de alimentos permeiam a relação dos Guarani com seu território ancestral. O fortalecimento destas relações com o território é uma forma de reativar não só a terra, no seu sentido orgânico, cíclico, não humano e sagrado do modo de ser Guarani,



**FIG. 7:** Imagem aérea da Aldeia Pyau, Terra Indígena Jaraguá. São Paulo, abril 2021. Fonte: Acervo de Herbert Wera.



**FIG. 8:**  
Conversa sobre as casas e caminhos da Tekoa Pyau.  
Fonte: Acervo Chão Coletivo.



**FIG. 9:**  
Foto da oficina de levantamento realizado junto aos moradores da Tekoa Pyau apresentando os resultados cartográficos da primeira sistematização de dados e mapeamentos. Fonte: Acervo Chão Coletivo.

mas também os direitos à terra e à moradia garantidos pela Constituição de 1988.

O projeto para requalificação da aldeia Tekoa Pyau aponta para o desenvolvimento integrado da comunidade, sua cultura, seu espaço de moradia e plantio, com o objetivo de garantir a segurança habitacional e alimentar, saúde e a preservação do modo de vida tradicional. Neste projeto, pesquisadores guaranis e não indígenas promoveram a troca de saberes, ideias e técnicas construtivas, em um trabalho de dois anos de práticas de observação, escuta, registro, diagnóstico, mapeamento e desenho. Este projeto foi apoiado também por três outras ações complementares: construção de um protótipo de moradia na aldeia, oficinas de construção em terra tanto de técnicas tradicionais quanto outras tecnologias em terra e de saneamento ecológico e entrevistas com construtores guarani que resultaram na publicação do livro "Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya da Terra Indígena Jaraguá" pela editora da Escola da Cidade em 2023.

A construção do protótipo de moradia na aldeia foi realizada em parceria com o construtor e professor Guarani Mbya Jurandir Tupã Djekupe e o construtor Henrique Rodrigues. Desde o princípio de sua construção, Jurandir reiterou como gostaria que o processo de construção da casa fosse também um projeto pedagógico tanto para os construtores e moradores Guarani Mbya na aldeia Pyau, quanto para

arquitetos *jurúá* ("não indígenas"), para manter e disseminar as práticas e técnicas de construção guarani em aliança com técnicas *jurúá*. Juntamente com as outras ações na aldeia Pyau, foram realizadas, através da construção da casa, oficinas de construção em taipa e saneamento ecológico junto aos moradores.

Embora a construção em terra, especialmente o pau a pique, seja também uma técnica ancestral guarani, a escolha de materialidade para construção das casas na Tekoa Pyau não foi um elemento dado de primeira no projeto. Tradicionalmente, as construções guarani privilegiavam o uso de certos elementos vegetais coletados na Mata Atlântica que carregam aspectos sagrados importantes e são compatíveis com o clima tropical e subtropical comum nas regiões de seus territórios tradicionais. No entanto, atualmente, muitas aldeias não possuem muitas áreas de mata devido ao contínuo processo de espoliação e desmatamento que sofreram em seus territórios, como é o caso na Terra Indígena do Jaraguá. Mudanças significativas nos padrões construtivos de moradia guarani ocorreram com o impacto da colonização e de seus agentes.

Com a impossibilidade de coletar madeira na mata adjacente à aldeia, no Pico do Jaraguá, todo material utilizado nas construções deve ser comprado ou reutilizado de descartes de outras construções. Isso, por si só, gera uma

relação diferente com a construção das casas do que o modo tradicional, especialmente de acesso financeiro aos materiais e a questão da durabilidade das construções. Por isso, foram muito importantes as oficinas em construção em terra, como o resgate através da manualidade e da experiência corporal de saberes ancestrais dos Guarani, mas também a possibilidade material de construção em terra no contexto da Pyau hoje.

A pesquisa e documentação de técnicas tradicionais de construção dos Guarani Mbya junto à metodologia de pesquisa-ação visam fortalecer os direitos indígenas, seus modos de vida e as memórias vividas nos territórios formados por florestas, montanhas, rios, povoados por uma multiplicidade de seres humanos e não humanos. O trabalho do Chão Coletivo continua a pesquisar, conhecer e difundir narrativas, padrões artísticos, materiais, técnicas e saberes indígenas dos Guarani Mbya da Terra Indígena do Jaraguá, valorizando os saberes ancestrais, além de buscar financiamento para a reconstrução da Tekoa Pyau.

---

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu, 2023.